

Novos repertórios de ação e a invisibilidade dos movimentos sociais pela mídia, por Cristiana Losekann

New repertoires of action and the invisibility of social movements by the media, by Cristiana Losekann

Dione Oliveira Moura

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil.

Liziane Guazina

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil.

Luana Melody Brasil

Universidade de Québec
Montreal, Canada.

Há um grande investimento dos movimentos sociais na produção de canais alternativos, com sites, páginas do Facebook, os maiores fazem isso. Os movimentos sociais que não são tão estruturados estão em blogs, redes sociais, que conseguem por meio dessas formas livres criar veículos próprios. (Cristiana Losekann)

Pesquisadora dos processos de participação dos movimentos sociais nas políticas ambientais no Brasil, a Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Cristiana Losekann tem se notabilizado por uma produção intelectual que transcende a compreensão dos fenômenos sociais e alcança a dimensão do exercício da cidadania das populações afetadas por estas políticas. Ao analisar o impacto do maior desastre ambiental do Brasil – o rompimento da Barragem da empresa Samarco/Vale/BHP Billiton, em Minas Gerais –, Losekann e equipe revelam o complexo jogo de interesses entre mineradoras e agentes públicos, a precarização do trabalho e apontam a profunda desigualdade ambiental que impacta na vida das populações atingidas.

Na entrevista a seguir, a pesquisadora defende que a mídia tem um papel importante para os movimentos sociais, papel ainda a ser melhor explorado. Muitas vezes, no entanto, afirma a entrevistada, a mídia tem colaborado no processo de invisibilização de pautas e atores dos movimentos sociais. Losekann, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta também pesquisas que identificam novas formas de organização dos movimentos ambientalistas e sociais, por meio da criação de outros modos de atuação, os quais possibilitem participação mais efetiva contra o desmonte da legislação ambiental e das tentativas de privatização de territórios, corpos e vidas por diferentes atores econômicos.

Revista Parágrafo (RP) - Professora Cristiana, você tem uma destacada experiência no estudo dos movimentos ambientais. Também estudou o que, até

agora, foi considerado o maior desastre ambiental no Brasil – o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco/Vale/BHP Billiton [ocorrido em 05 de novembro de 2015, em Bento Rodrigues, no distrito de Mariana, MG]. Que reflexões de maior peso trazem o livro que você coorganizou com o pesquisador Bruno Milanez (UFJF) quanto aos impactos do rompimento da barragem?

Cristina Losekann (CL) - Esse livro [*Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*], Ed. Folio Digital, 2016] foi uma resposta muito imediata ao desastre [da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton]. Tivemos a ideia de começar a reunir publicações e reflexões dos principais atores que, logo depois do rompimento da barragem, começaram, de alguma forma, a se envolver com a questão. Construímos essa obra a partir do que seria uma identificação de antecedentes. Entra uma gama de trabalhos, inclusive do grupo que o próprio Bruno Milanez faz parte, que é o Poemas (Núcleo de Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade)¹, são reflexões de grupos que já vêm trabalhando sobre a questão da mineração e a questão dos grandes empreendimentos de forma geral; os impactos, as questões envolvendo também os marcos regulatórios, legislações, as políticas relacionadas a mineração e políticas ambientais.

Reunimos o que seriam esses antecedentes, apresentamos um diagnóstico importante na observação de que essa ruptura da barragem tem um contexto dentro do cenário de mineração do Brasil e, de certa forma, no restante do mundo, porque aí tem uma especificidade que está no livro, que é a diminuição do preço das commodities, uma super exploração do território no sentido de extrair mais minérios para compensar a diminuição do ganho, da perda de lucros em função da

1 Nota das entrevistadoras; Poemas (Núcleo de Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade). Página web do Núcleo disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

diminuição do valor da *commodity*. Junto com isso tem também alguns capítulos que abordam a questão da precarização do trabalho. Todas as pessoas que morreram [no rompimento de Fundão] estavam ligadas a serviços terceirizados da empresa direta ou indiretamente. Tem essa análise da precarização que também envolve a própria dimensão do Estado, já que sabemos que não tem de forma evidente uma estrutura de fiscalização desses empreendimentos.

E, ao mesmo tempo, existe uma quantidade imensa de mineradoras e de barragens. Até hoje nenhum pedido de licença de lavra, para começar a atividade de mineração, foi negado no Estado de Minas Gerais. Basicamente, [no Brasil], todo mundo que quiser minerar vai conseguir isso [licenciamento]. Daí, vê-se um pouco essa questão do porquê essa barragem rompeu. Depois vem toda uma série também de trabalhos que vão apontar alguns impactos, vão mostrar desde a parte física até a parte das comunidades. Existem vários tipos de estudos, alguns mais na área da geografia física, outros da geografia humana, outros da antropologia, sociologia, que vão a fundo nessa compreensão do que essas comunidades sofreram com esse desastre.

Foi feito aquele acordo [após o desastre da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton], o qual acabou delegando às próprias empresas a responsabilidade por tratar desse desastre imenso. Basicamente, o livro tem essa estrutura e acho importante comentar que ele é feito de Minas ao Espírito Santo, pegamos todo o território e todos os capítulos são intercalados com fotografias que nós mesmos tiramos nos nossos trabalhos ao longo da Bacia e também com depoimentos, que fizemos uma série de entrevistas. Transcrevemos e isso foi uma coisa muito importante de registro do que foi esse abalo das pessoas logo que isso aconteceu. Todas as falas são muito daquele momento, do impacto, queríamos ter isso como registro. Na verdade, ficou um livro muito triste, é um livro pesado, mas é um livro necessário.

O livro tem a participação do MAM (Movimen-

to pela Soberania Popular Frente à Mineração)². Convidamos eles para a introdução do livro. Tem também a participação do *Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração*. Todos os grupos que participam aqui são grupos que têm como característica o envolvimento com movimentos sociais. Tem a participação de advogadas ativistas do *Coletivo Margarida Alves*³ e da ONG *Justiça Global*⁴, além da *Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares*⁵.

RP - *Você poderia comentar mais sobre o impacto dessa questão da terceirização?*

CL - Tem um trabalho específico que trata disso, da Juliana Venício e Larissa de Oliveira Vieira, elas são do *Coletivo Margarida Alves*, de Belo Horizonte [MG], e trabalham num capítulo exatamente essa questão da precarização que começa já pelos instrumentos normativos, demonstram como a lei vai também viabilizando essa precarização, e a sua relação com essa macroeconomia, que vai impulsionando essas empresas a cada vez mais adotarem um modelo de trabalho terceirizado. No capítulo, elas apresentam dados, o total de trabalhadores, os terceirizados e, conseqüentemente, existe toda uma questão da segurança do trabalho, que é afetada, com muitos trabalhadores sem treinamento. Até participei em alguns momentos de debates envolvendo sindicatos de mineiros e eles defendiam muito que chamasse [o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton] de

2 Nota das Entrevistadoras: MAM (Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração). Página web do Movimento disponível em: <http://mamnacional.org.br/mam/historico/>. Acesso em: 31 mai 2017.

3 Nota das Entrevistadoras: Coletivo Margarida Alves. Página web do Movimento disponível em: <http://www.coletivomargaridaalves.org/>. Acesso em: 31 mai 2017.

4 Nota das Entrevistadoras; ONG Justiça Global. Página web da ONG disponível em: <http://www.global.org.br/>. Acesso em: 31 mai 2017.

5 Nota das Entrevistadoras: Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares. Página Facebook da Rede disponível em: <https://www.facebook.com/saudepopular.org/posts/763681237076431>. Acesso em: 31 mai 2017.

acidente de trabalho, (...) o que tem por trás desse desastre é uma precarização das condições de trabalho.

É uma questão de fato bastante séria e quando voltamos, principalmente a Mariana [MG] e aos municípios do entorno que foram afetados, é muito visível. [O desastre da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton] acabou criando uma batalha, uma verdadeira batalha entre os atingidos e os trabalhadores e suas famílias, que de alguma forma dependem da mineração. É muito triste. Vimos as casas com cartazes ofensivos aos afetados e desejosos do retorno da Samarco [Samarco/Vale/BHP Billiton]. Um clima de tensão muito sério mesmo. Chegamos a ouvir da população no supermercado falando “que pena que a lama não veio de noite, porque aí teria matado todo mundo”, uma coisa também discriminando os moradores de Bento Rodrigues [Distrito de Mariana, MG], principalmente. Tem todo um pós desastre que envolve essas relações de trabalho e que acabam sendo bastante tensas.

RP - *Que lições o Brasil tira desse acidente? O que deveríamos fazer para evitar que algo assim se repita no Brasil?*

CL - É nossa avaliação, no nosso capítulo de conclusão, o quanto as instituições não aprenderam, como falamos na Ciência Política. O que estamos observando não é um processo que vem em função desse desastre [da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton], já vinha ocorrendo. O desastre não foi suficiente para parar o processo de tentativa de desmonte da legislação ambiental. Ainda estamos percebendo uma flexibilização do licenciamento; o Espírito Santo, por incrível que pareça, teve esse ano uma tentativa do governo do estado de fechar o *Instituto Estadual de Meio Ambiente* (lema), aderindo a uma iniciativa que está sendo tentada em nível nacional, e não se conseguiu fazer, que é a ideia do autolicensing.

RP - *O que é o autolicensing?*

CL - Ao serem considerados de interesse público, os empreendimentos ligados à mineração de infraestrutura passam a ter prioridade em uma série de sentidos da parte burocrática do Estado e passam a ter prioridade em futuros conflitos que existam entre outros direitos. Existe o interesse público da mineração, que é compreendido como interesse maior do coletivo, e temos o direito de uma comunidade tradicional, tendo o mesmo território em jogo. A partir dessa construção, que se faz via essas novas legislações de autolicensing, acaba tendo como priorizar esse empreendimento mesmo que ele afete os direitos de uma comunidade. Esse é o primeiro princípio, é daí que parte o autolicensing. Tendo isso, que já foi feito aqui [no Brasil], dentro do [novo] Código Florestal, o modelo que apresentaram seria basicamente partindo de um protocolo, feito inclusive pela internet; o interessado preenche um cadastro e na medida em que o empreendimento dele fosse isento, porque tem essa garantia, não há a necessidade de apresentação do licenciamento. É um sistema que está sendo tentado em nível nacional. Agora que conseguiram barrar isso. Mas tem muitas fragilidades. Tem todo um problema com o sistema do jeito que ele é. Ele não garante os direitos das comunidades, não garante a proteção do meio ambiente mesmo. Retirando essas salvaguardas todas da legislação, certamente isso vai agravar situações de injustiça ambiental. E isso é um trabalho que, claro, ainda não fiz exatamente esse trabalho, mas, pelas minhas pesquisas anteriores, eu já percebo que ele tem por trás essa mudança toda no marco institucional, nas legislações. Tem muito por trás o argumento de acabar com a judicialização do licenciamento. Os empreendedores reclamam que o processo de licenciamento no Brasil acaba gerando entraves judiciais, porque ainda tem uma legislação que resguarda, o que geraria uma espécie de uma guerra do licenciamento. Essas mudanças na legislação [do licenciamento para mineração] surgem com esse argumento de acabar

com a insegurança jurídica, de facilitar o processo de implementação dos empreendimentos, todos pensando na lógica do mercado.

O Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração⁶ foi criado em 2013 justamente em função do novo marco da mineração. Foi uma série de organizações que se juntaram para fazer frente e tentar ter alguma influência nesse processo. Os movimentos têm criado iniciativas para tentar intervir nesse processo. Gosto sempre de frisar que, embora a fala seja hoje em dia muito mais catastrófica, no sentido de que temos, na atualidade, muitas coisas ruins acontecendo em termos de todas essas causas que os movimentos defendem, por outro lado também temos um processo importante de novos atores surgindo, de novas formas organizativas, de novos processos e formatos mesmo. Acho que, nesse caso da mineração, mesmo antes do desastre, se pegarmos esse contexto do comitê, tem o MAM [Movimento dos Atingidos pela Mineração] e uma série de outras organizações que passam a discutir a questão do extrativismo no Brasil. Isso é muito importante, porque nunca se discutiu isso no âmbito da sociedade civil. Na verdade, nunca se discutiu isso no âmbito político, quem discutia eram os setores interessados no fomento da mineração e do extrativismo, e vai ter essa discussão pela primeira vez de uma forma mais crítica, mais política, no sentido de pensar em termos de marcos, e nos interesses de quem faz esses marcos. Isso vai se dar puxado pela sociedade civil. Os partidos – embora tenha ali no próprio comitê pessoas vinculadas a partidos políticos e partidos de esquerda – não têm levado essa discussão em profundidade. Por mais que exista uma série de problemas ocorrendo, isso [os novos atores, formas organizativas, processos e formatos] é muito importante, porque de fato é uma coisa nova.

6 Nota das entrevistadoras: Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Página Facebook do Comitê disponível em: <https://pt-br.facebook.com/emdefesadosterritorios/>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

RP - *Se autorizado esse autolicensing, a sociedade civil não é ouvida, é isso?*

CL - Não, não é ouvida.

RP - *Continuando no desastre provocado pelo desabamento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton, qual é o seu ponto de vista sobre as esferas de responsabilidade do município, estado e governo federal nesse caso?*

CL - Nunca tivemos um desastre dessa magnitude e, em muitos casos, em muitos sentidos, de fato é uma coisa que pegou os gestores públicos de surpresa. Eles nem sabiam o que fazer; entretanto, muitas coisas poderiam ter sido feitas no âmbito mesmo da administração pública e não foram. Para abordar esse assunto é preciso entender como eles [agentes públicos] se portaram. Num primeiro momento, no caso dos municípios – o que eu acompanho mais aqui é o estado do Espírito Santo, embora eu compartilhe também com os colegas de Minas o que acontece lá – foi uma postura dos prefeitos, com algumas exceções, Baixo Guandu [ES] foi uma exceção nesse sentido, mas é uma postura dos prefeitos muito alinhada às empresas [mineradoras].

Temos que entender que, por exemplo, no Comitê de Bacia do Rio Doce, o presidente era o próprio prefeito de Colatina [ES]. É um comitê que é completamente desacreditado pela sociedade civil, pelas organizações, porque ele tem uma ampla maioria de participação dos próprios empresários do setor de mineração e que poluem a Bacia do Rio Doce. Começa por esses fatos locais: temos uma classe política que está muito ligada com os interesses de mineração. Eles [gestores públicos] foram muito fracos mesmo, subservientes aos interesses da mineradora. Com exceção do prefeito de Baixo Guandu [ES], eu sempre digo, porque ele foi quem fechou os trilhos, ele tem uma atuação um pouco diferente nesse sentido. Esse é um primeiro ponto. E tem também uma total ausência de todo o aparelho administrativo municipal, uma ausência de uma

iniciativa qualquer que seja de lidar com essa nova situação que se coloca para o município.

Não vi nenhuma inovação institucional no sentido de criar uma secretaria, uma força tarefa específica para tratar da questão da água. Muito pelo contrário, logo no primeiro ano assistiu-se horrores, teve gente que morreu na fila de água do caminhão pipa, ocorreram conflitos terríveis por questões que eram de competência da administração pública municipal, como organizar minimamente a fila para distribuição de água, organizar esse repasse da água, muitos problemas dessa incompetência da gestão pública municipal. Da mesma forma, até agora nós não observamos nenhuma iniciativa do monitoramento da saúde, de um acompanhamento específico da saúde em relação a essa questão da água e da contaminação dos pescados. Esse é um outro problema. Aí temos a questão da informação, a própria distribuição da água ainda é problemática nos dias atuais, ainda temos populações que só têm a água do Rio Doce para beber; muitos problemas.

Não saberia dizer com detalhes, mas eu sei que também tem um problema que envolve a questão de saneamento, porque os municípios ganharam uma verba para tratar do saneamento em função do desastre [da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton], e sei que há todo um conflito envolvendo a gestão desse recurso, que parece que já foi direcionado largamente para outras funções. Existe essa questão dos municípios. No caso dos governos do estado, mais uma vez temos governos de Minas [Gerais] e do Espírito Santo, os quais são historicamente alinhados com os interesses da mineração. Em nenhum momento vimos uma ação que fosse minimamente... uma declaração mais enfática de um governador dizendo que a empresa deveria tomar providências, não, nada. Tivemos uma iniciativa no início, que foi dos governos de Minas, Espírito Santo e União, e que logo se reverteu em um acordo. A partir daí acontece outra sucessão de horrores, porque teve o *impeachment* [da Presidenta Dilma Rousseff] e, no meio desse

processo, muda toda a equipe [das instituições públicas]. Até hoje as pessoas que participam da União, da Casa Civil principalmente, os trabalhos ligados à fundação que foi criada [no acordo após o rompimento da barragem], têm uma dificuldade enorme de saber, de acompanhar o que se passa nesse caso. São problemas de diversas ordens.

RP - *Que fundação é essa?*

CL - É a *Fundação Renova*⁷, porque o acordo definiu a criação de uma fundação a partir das três empresas, Samarco, Vale e BHP [Billiton]. Essa fundação é responsável por criar os programas de reparação e indenização. E foi criada uma outra estrutura institucional, que é o Comitê Interfederativo, que é uma organização que tem a representação dos estados, da União e das empresas. O CIF [Comitê Interfederativo] tem uma instância deliberativa fora da fundação. E é ali que, em tese, deveria ter um protagonismo maior dos governos. Acompanhando esse processo todo, com toda essa nossa instabilidade política, isso também acabou prejudicando muito esse trabalho. São vários elementos.

No livro *"Ambientalistas em Movimento no Brasil: entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o governo Lula"* [Ed. Appris, 2014], analisei o início do governo Lula, chegada do Lula e dos primeiros governos e aí a minha questão toda foi entender como, a partir do anúncio da Marina [Silva] como ministra, qual o abalo, o que significaria essa entrada do ambientalismo de esquerda, mais ligado à sociedade civil num governo pela primeira vez. Fiz várias entrevistas com atores do próprio estado no contexto do ministério da Marina e atores da sociedade civil. O livro fala dessas tensões, do que significou para os ambientalistas entrar no governo e todas as tensões que se estabeleceram ali.

⁷ Nota das Entrevistadoras: Fundação Renova. Página web da Fundação disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

Analisei também a tensão da Dilma [Rousseff] como chefe da Casa Civil e a Marina [Silva] e uma tensão estabelecida dentro do próprio ambientalismo; uma reconfiguração interna do Ministério do Meio Ambiente, uma série de mudanças em relação ao padrão que tínhamos de política ambiental, em termos ministeriais. Isso vai se refletir nessa interação entre Estado e sociedade civil. Tem as especificidades da participação, como do *Conselho Nacional de Meio Ambiente* [CONAMA]⁸. O aspecto mais inovador da obra é essa participação que se dá de maneira informal, mais pelos próprios laços que existiam entre atores da sociedade civil que são convidados a integrar cargos estratégicos dentro do Ministério [do Meio Ambiente]. Trabalho isso do ponto de vista conceitual, como esse tipo de estratégia de influenciar na política ambiental teria que ser pensado como uma forma de participação para além dos modelos institucionais mais clássicos de estudo na área de participação.

Tem um caso emblemático, que é o dos [alimentos] transgênicos, todo o conflito envolvendo a liberação dos transgênicos. Essa mediação, digamos assim, de certos atores para estratégias judiciais vai também combinar com uma mudança que se dá no ambientalismo. Vai tendo alguns atores que vão abandonando o governo, a própria Marina [Silva] sai, depois a REDE; comentamos isso no livro. Além disso, tem também esse fortalecimento, essa constituição das pautas ambientais em outros grupos que não tinham especificamente a pauta ambiental, que vão se configurar no sentido até crítico à própria Marina, e vão ser esses que vão articular uma posição mais crítica às políticas de desenvolvimento baseado no extrativismo. Temos aí um novo conjunto de atores que já estavam militando nessas causas, mas que vão se rearticular num sentido um pouco diferente.

8 Nota das entrevistadoras: Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Página web do Conselho disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/>. Acesso em: 31 de maio de 2017

RP - *É essa configuração do ambientalismo hoje?*

CL - Sim. Acredito que esse é o momento em que estamos. Se formos pensar num *continuum* de organizações, alguns ambientalistas que viam o Estado como parceiro, participavam de programas específicos dentro do Estado, e aqueles que colocavam o Estado e as políticas como antagonistas. É nessa tensão, que sempre existiu, mas temos hoje, talvez, um fortalecimento desse pólo, que é o antagonista, de uma maneira não homogênea. É isso que é a grande questão hoje do nosso momento político em geral, não só do ambientalismo. É uma certa dispersão de atores de esquerda, e aí inclui os ambientalistas. Eu diria que é um momento de rearticulação dessas pautas e de forças políticas que estão ainda em construção.

RP - *Teve um amadurecimento nesse processo?*

CL - Sim, um amadurecimento muito importante. E tem o surgimento de muitos grupos enraizados nos territórios, que acho importante. A *Rede Justiça nos Trilhos*⁹, que surge em 2007, e que é uma organização muito importante, que discute Carajás, vem produzindo debates críticos. Como ela se coloca contra uma empresa transnacional, dá uma repercussão de rede internacional. Podemos citar também a *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*¹⁰, eles têm uma estratégia inovadora, compraram ações da Vale, e aí conseguem participar nas assembleias de acionistas. É uma nova cara, um novo conjunto.

RP - *Podemos falar que é um novo ambientalismo?*

CL - Podemos falar, mas estamos no processo. Acho que são novos ambientalistas, porque tem o pescador da Baía de Guanabara que viaja o mundo

9 Nota das Entrevistadoras: Rede Justiça nos Trilhos. Página web da Rede disponível em: <http://justicanostrilhos.org/>. Acesso em: 31 de maio de 2017

10 Nota das Entrevistadoras: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Página web da Articulação disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

e é absolutamente diferente de alguém que é ativista graduado, pós-graduado. Mas ambos estão ali numa mesma rede que articula enquadramentos e estratégias em pautas muito parecidas, e que estão em convergência.

Na questão do extrativismo, em alguns momentos eu percebi que tinha uma resistência [...] quando esse debate está mais forte em outros países latino-americanos articulam a ideia do pós-extrativismo, isso soa estranho no Brasil. E, com o passar do tempo, essa questão dos afetados pelo extrativismo é trabalhada e incorporada. Mas é uma característica de fato nova, são novos atores que estão todos em convergência em uma luta pelo território frente a esses megaprojetos extrativistas. Tem uma questão transnacional muito forte.

Na minha pesquisa mais recente, que tratou dessa questão que eu chamei de “política dos afetados pelo extrativismo na América latina”¹¹ para entender melhor essa rede, eu dividi em três tipos de ações características desse processo: são os afetados em si, porque não necessariamente todo afetado pelo extrativismo é mobilizado ou se dá conta de que é afetado; afetados mobilizados, que é o caso que falei do pescador que passa a atuar; e os mobilizadores de afetados, que entra toda essa gama de atores históricos do ambientalismo, de outras áreas, dos direitos humanos, e que passam a atuar nos territórios numa perspectiva de ir e vir, levando essas causas para outros lugares. Esses três tipos de atores são fundamentais para caracterizar esse novo momento.

Para explicar isso eu uso uma fala, que foi de um pescador que me fez entender isso, o Alexandre Anderson, da Baía de Guanabara [RJ], que viaja o mundo inteiro dando conferências, falando sobre a situação dele, que ele faz parte do programa de pro-

teção dos defensores de direitos. Ele disse: se todo o pescador se converter num militante, a pesca acaba. E se a pesca acaba, o extrativismo ganha. Porque essas lutas precisam dessas alternativas que já estão no território, de práticas que não cabem nesse modelo de megaexploração dos recursos naturais. Por isso, digo que nessa rede, nessa cadeia de atores, que tem características diferentes, mesmo o afetado em si, ao continuar pescando sem se tornar um militante, justamente por isso é fundamental para esse processo de luta.

RP - *Gostaria de acrescentar algum outro ponto sobre os resultados dessa pesquisa sobre extrativismo?*

CL - Fiz essa pesquisa acompanhando grupos, fazendo um trabalho etnográfico e depois montei um banco de dados com mais de 100 organizações, e aí fiz, a partir de documentos e desse trabalho de campo, um levantamento das principais chaves explicativas que os movimentos constroem sobre esse processo, que envolve uma dimensão econômica, entendendo que o problema está numa economia globalizada, nas empresas transnacionais, a subordinação das economias periféricas pelas centrais; num modelo de economia que explora os recursos naturais em benefício do capitalismo, uma dimensão espacial, um processo de desapropriação, de deslocamento, desarticulação de povos e comunidades tradicionais, um processo que é muito constituído no espaço e que cria alguns enclaves, porque esses empreendimentos estão distantes da cidade. A classe média não está observando isso.

É uma dinâmica espacial específica e política, ausência de controle sobre as decisões desses empreendimentos. Não se discute modelo de economia politicamente, a sociedade não tem participado dessa discussão. E aí tem também uma discussão bastante específica, que envolve extrativismo mas passa pelas políticas de energia, porque se debate muito nesse contexto desses grupos que têm sempre por trás uma questão energética.

11 Nota das Entrevistadoras: Ver LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. Revista Brasileira de Ciência Política, pp. 121-164, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n20/2178-4884-rbcpol-20-00121.pdf>. Acesso em: 31 mai 2017

Tem, do ponto de vista ambiental, um recorte que está muito focado numa perspectiva de Justiça Ambiental, que tem esse enquadramento de luta que vem dos Estados Unidos, que entende que existe a desigualdade ambiental e por isso certos grupos sociais são mais atingidos do que outros. Pensar a mudança climática, impacto ambiental, mas coloca também em xeque as perspectivas mais conservadoras, porque em muitos casos esses empreendimentos são feitos e a contrapartida é a criação de uma unidade de conservação, algo assim. Eles problematizam outras correntes no ambientalismo, isso é um ponto que marca essa vertente.

Além disso, tem a violência, a criminalização dos protestos em conflitos ambientais, o número de mortes. É bastante divulgado que temos na América Latina, no Brasil, um número enorme de assassinatos relacionados a protestos em conflitos ambientais, violações graves de direitos humanos, violência institucional. E, ao mesmo tempo em que eles usam as estratégias judiciais, eles sofrem também muito assédio processual, espionagem, todo o escândalo da CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] da Vale, que tinha um escritório aqui em Vitória [ES] de espionagem, e que colocou gente infiltrada em movimentos sociais.

A dimensão legal, que é uma característica desse momento, um empenho forte em compreender os marcos regulatórios e em desconstruir essas novas legislações que são entendidas como legislações que liberam o extrativismo, que vão passando a responsabilidade do Estado para essas empresas. Isso não é um processo brasileiro, é mundial, é a ideia de caracterizar o ambientalista como um eco terrorista. Uma última dimensão das chaves explicativas, que é a dimensão utópica, que não é evidente em todos os grupos, mas é muito evidente no Equador. Ali falam na construção de uma proposta pós-civilizacional, pós-ocidental, pós-extrativista, que seria baseada na valorização do conhecimento ancestral. Essa é a ideia. É a imposição de um mundo ocidental sobre os povos originários. Daí surgem campanhas que

têm essa dimensão utópica extremamente inovadoras, como aqui em Vitória tem a “nenhum poço a mais”, que é “o petróleo é nosso e queremos que ele fique embaixo do solo”.

Outro ponto seriam essas formas através das quais esses grupos têm aglutinado seus repertórios de ação coletiva e muitas delas são novas, as táticas são novas e o rearranjo também. Identifiquei cinco tipos de repertórios que seriam ligados à questão da mídia e da comunicação, que é o repertório de visibilização. Como a pauta desses grupos está baseada no enraizamento de um território, eles precisam dar visibilidade a essas causas, a essas lutas todas. Temos aí um processo de estratégias, que vão da articulação e organização interna e isso envolve um trabalho muito grande, porque o processo de visibilização, nesses casos, depende dessa rede e desses três atores conectados. Precisam de estratégias de comunicação, observei a contratação de jornalistas. Isso ligado à pesquisa e produção de conhecimento, de informação. Existem os grupos que constroem bancos de dados, grandes observatórios, os quais vão fazer levantamentos de ações judiciais, vão fazer levantamento de legislações, vão fazer estudos de caso aprofundados, financiam jornalistas para fazerem trabalhos investigativos.

RP - *Então aquela ideia de movimento social que seria mobilização, panfletagem, passeata, que é o que as pessoas têm como ideia padrão de movimento social, quando vai pro movimento ambientalista, tem uma nova configuração, certo?*

CL - Isso, tem repertórios de produção de conhecimento e informação, que vai configurar essas iniciativas de produção de conhecimento; temos repertórios de mobilização, de organização interna e de ampliação, de conquista de público e de novos participantes; repertórios de resistência e sobrevivência, que são os casos mais graves e dramáticos, com ações diretas; e a intervenção institucional, onde teríamos essa construção da articulação via tentativa

de *lobby* parlamentar, a via judicial, as instituições internacionais e transnacionais. São os repertórios que identifiquei nessa pesquisa sobre as redes de confrontos transnacionais do ambientalismo focado na questão do extrativismo na América latina. Não se encontra um grupo que tenha uma pauta exclusivamente brasileira, até os grupos mais locais têm uma atuação que está junto com os observatórios da Argentina, por exemplo. É uma característica desses grupos.

Esses repertórios envolvem performances específicas, a apropriação da mídia alternativa, a criação de campanhas em site, em *Facebook*, o *hackerativismo*, os documentários, as campanhas de conquista de novos adeptos. São trabalhos que têm apelo visual forte, que envolvem o humor, que conquistam as pessoas por essas características. Nesse sentido, também é importante destacar estratégias que envolviam a chamada de coletivas.

Essa construção de bancos de dados, um trabalho de conhecimento, que se alguém quiser pesquisar sobre conflitos de mineração, sobre mineração, passa por algum banco de dados dessas organizações. Eles têm um amplo trabalho de documentação.

RP - Sobre o *Organon*, qual é o objetivo e quem atua no núcleo?

CL - Surgiu como um projeto de extensão em 2013. Estávamos fazendo um trabalho utilizando como uma fonte importante o Bertold Brecht, o *Pequeno Organon*, e a ideia era a criação de espaços onde o conflito fosse algo valorizado e não rejeitado, onde as pessoas pudessem expressar seus pontos de vista. O conflito é valorizado mas precisa de formas de ser experimentado, de ser canalizado. O projeto acabou conquistando apoio e visibilidade e decidimos transformar em um núcleo. Fizemos um projeto coletivo, construído por professores e alunos, de institucionalização.

O nosso ponto central no *Organon*¹² é o estudo de mobilizações sociais. Trabalhamos com essa categoria porque estudamos os grupos organizados, mas também estudamos com episódios de protestos. Construímos um mapa das mobilizações, no qual vamos incluindo em uma certa periodicidade os protestos de manifestações episódicas ou coletivos organizados. Dentro desse tema, dessa questão central que desenvolvemos, identificamos algumas linhas fundamentais, escolhidas tendo em vista o que os pesquisadores já vinham estudando, mas também as questões locais, do Espírito Santo. Uma das linhas é a de afetados por grandes projetos, porque a entrada do Espírito Santo na mineração é em função dos projetos de infraestrutura, é por aqui que se escoia minério. Já trabalhávamos com essa questão dos afetados antes mesmo do desastre [da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton]; uma linha de gênero e sexualidade, que também são questões importantes pro Espírito Santo, que tem altas taxas de violência contra a mulher e de violência contra LGBTs; e juventude, que tem uma demanda forte na área urbana de coletivos de artistas, de jovens que têm um protagonismo na questão cultural. Esses foram os temas que começamos a pegar. Trabalhamos com esse tipo de mobilização.

Do ponto de vista dos debates teóricos que fazemos, dentro da Teoria Política, entendendo que ela não é essencial dos movimentos, sempre entendemos que a dimensão intertemática é importantíssima. Quando estudamos gênero e sexualidade, estudamos também afetados por grandes empreendimentos, não estamos fechando nem desconsiderando que essas questões são transversais. Se formos pensar, dentro de uma comunidade de pesca, temos as questões de gênero, as dificuldades específicas que as mulheres pescadoras enfrentam, as questões de sexualidade que perpassam as discussões ambientais, a dimensão da juventude

¹² Nota das Entrevistadoras: No endereço <http://organon.ufes.br>, é possível acessar a produção do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais (*Organon*), integrado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

de que perpassa todas essas questões. Sempre trabalhamos com esses temas de forma integrada, provocando essa troca de olhares. Como uma menina de um coletivo de lésbicas de Vitória vai pensar a questão dos ribeirinhos afetados pelo desastre da Samarco [Samarco/Vale/BHP Billiton]? É uma troca de perspectivas, mas é um ponto comum, que é o das mobilizações sociais. Temos feito isso como um exercício, não é um trabalho fácil, é um desafio.

Também temos inserido algumas perspectivas. Nesse último ano, incluímos uma área específica para estudar os empreendimentos, e não somente as comunidades impactadas e os processos de mobilização, mas qual é a dinâmica desses empreendimentos. Também a dimensão de territórios e alternativas, para pensar essa perspectiva utópica, o que esses sujeitos estão pensando, em qual sentido eles podem nos indicar novas possibilidades para pensar esses territórios, esses desafios todos; e uma dimensão de arte e política.

Temos pesquisadores das Artes, que discutem arte conceitual, os problemas das artes, e que fazem essa discussão de arte e política, da não estetização dos conflitos, da não estetização dessas situações de sofrimento, e como trabalhar de uma perspectiva ética a documentação e a produção de materiais audiovisuais e artísticos. Nossas saídas de campo são feitas com grande reflexão sobre o que é a produção audiovisual e as responsabilidades e implicações que existem. Esse foi um trabalho que começamos mais a fundo nesse ano.

Dentro do estudo e pesquisa sobre movimentos sociais, tenho uma aproximação com vertentes que são culturalistas, que vão compreender a importância da cultura nos movimentos sociais e com vários elementos, as entidades, os significados... mesmo nas estratégias judiciais, o que estudo é a dimensão simbólica: por que falar num discurso jurídico passa a ser importante para os movimentos? Isso tem uma razão estratégica, tática, mas tem também uma dimensão simbólica, e essa di-

menção simbólica eu trabalho a partir dos estudos das emoções, da psicologia das emoções.

RP - *No seu ponto de vista, qual é o papel dos movimentos sociais na atualidade? O que você tem percebido de mudanças nos últimos 20 anos?*

CL - Temos uma mudança ampla, assim como essa mudança no campo de ambientalistas e, também, uma mudança importante nos outros movimentos sociais, em geral. Mudanças de diversas ordens, posso sublinhar duas mudanças pegando o Brasil e de certa forma poderia ser aplicado a outros países. Ocorre aí uma mudança, pois a pauta torna-se mais complexa, assim como o enquadramento. Observamos, no movimento das mulheres, uma nova geração que vai recolocar a questão da mulher e do feminismo. Isso é bem evidente e tem gerado muita discussão entre as próprias ativistas e quem estuda. Temos mudança no movimento negro, que vai recolocar, que passa por uma nova geração, com novos atores. No movimento LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros], também tem esse reenquadramento das pautas. E não se vive um momento conclusivo, da mesma forma que para o ambientalismo. É um momento de transição e de tirar a sujeira de debaixo do tapete. É a forma como os movimentos constroem as suas causas. E aí as definições internas, os limites identitários, tudo isso está em rediscussão.

A outra via passa pelo contexto de esquerda, a relação com o Estado, que se observa nos movimentos e naqueles movimentos mais tradicionais que vinham desde a redemocratização e que tiveram um processo com a entrada do PT de proximidade, de entrada no Estado, nos ministérios, no movimento agrário, direitos humanos, mulheres, teve uma absorção muito grande de militantes, de ativistas, muitas parcerias se abriram entre o Estado e os movimentos. Isso de fato gerou um efeito importante, que ainda está se processando porque ainda tem esses atores em disputa, devido a toda essa polarização. Essa polarização mantém essa

relação dos movimentos com o partido que chegou ao poder e saiu nessas circunstâncias. O que percebemos é um processo de desgaste muito grande de movimentos como o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], desgaste interno. Recentemente, com esse novo governo [pós *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff], ocorreram problemas diversos de conquistas no governo anterior, e aí o movimento tem que lidar com esse problema do que fazer sem recursos, o que fazer com uma série de políticas que eram o que estava balizando a pauta deles. Essas políticas deixaram de existir e além de tudo tem que se recolocar politicamente.

Esses são os dois principais processos que destacamos dos quais os movimentos vêm mudando e vêm passando. Um processo está ligado aos desafios enfrentados pós governo do PT [mandatos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff], que estão relacionados com essa aproximação com o Estado e sistema político; e o outro está relacionado aos enquadramentos, essas configurações das pautas, das identidades, a forma de estruturar, que tem a ver com a entrada de uma nova geração.

Podemos também relacionar com essa onda de protestos, que ninguém conseguiu ainda explicar muito bem, está relacionado a uma geração que não conhece essa forma de se organizar, a forma do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], do MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens]¹³... ela está num outro momento, outra conjuntura e que ela passa a reivindicar novas formas associativas.

RP - *Essas formas seriam as redes sociais?*

CL - Nesse momento tem mais a ver com momentos episódicos, como a *Marcha das Vadias*¹⁴, tem muito a ver com o cyberativismo. As ocupações...

13 Nota das Entrevistadoras: MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Página web do Movimento disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>. Acesso em: 31 mai 2017.

14 Nota das Entrevistadoras: *Marcha das Vadias*. Página web da *Marcha* disponível em: <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/>. Acesso em: 31 mai 2017.

são novas formas de ação. O episódico é um dos elementos. Como é um processo novo, muito ligado aos jovens, que entram num processo de se entender como sujeito político, é uma coisa muito recente, eles não querem modelos tradicionais, como partidos, sindicatos e tal, e ao mesmo tempo estão em busca, experimentando fazer política de uma forma espontânea. Isso é uma marca das *Jornadas de Junho* [de 2013], nas ocupações das escolas, mas que tinha na articulação da *Marcha das Vadias*. O desafio ainda é entender qual é o papel das redes sociais. É um processo que está em ebulição.

Alguns elementos já podemos observar, por exemplo, as ocupações já existiam nas *Jornadas de Junho*, ações diretas que têm relevância para eles [os jovens], essa relação com a polícia, vai criando um repertório que liga novamente ao ambiente jurídico. Desde 2013 ocorreu um aumento grande nos coletivos de advocacia popular, que era muito mais ligada ao MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], e passa a se ligar às ocupações.

RP - *Pode explicar melhor o que seriam as advocacias populares?*

CL - O Boaventura de Sousa Santos diz que é a maior rede de advocacia popular do mundo, que é a RENAP [Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares]¹⁵, que é uma rede de advogados, cada um tem o seu trabalho, não vivem só para isso, mas dedicam uma parte do tempo à advocacia para movimentos sociais. Surgiu muito ligado ao MST e num trabalho que era mais de apoio em relação às criminalizações, um trabalho de defesa. Esses grupos vão surgindo e se ampliando e se difundindo para outras causas. Por exemplo, o coletivo Margarida Alves, vai surgir ligado às ocupações de BH [Belo Horizonte]. Eles vão ganhando editais, vão ganhando recursos para constituir de uma forma mais estru-

15 Nota das Entrevistadoras: RENAP (Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares). Página Facebook da Rede disponível em: <https://pt-br.facebook.com/medpoprj/>. Acesso em: 31 mai 2017.

turada essa ação, por isso eles vão se tornando uma organização. Esses coletivos em geral percebemos no Brasil todo e depois de junho de 2013, teve uma ampliação grande no Brasil.

Quando, no protesto, o jovem vai preso, ele tem contato com a polícia, passa por uma situação de injustiça e sofre essa violência institucional, acaba abrindo também uma porta de aproximação a esse tipo de estratégia, que é a jurídica. Eles acabam entendendo mais desse trâmite, isso vai, de uma forma, influenciar nas pautas deles, vai acabar aparecendo numa pauta sobre a polícia, em grupos que não faziam tanto esse tipo de discussão. É uma característica nova.

RP - *E tem diferença entre os veículos na forma como a imprensa brasileira noticia os movimentos sociais?*

CL - Se for falar em termos dos grandes veículos, dá para dizer que os movimentos sociais só aparecem quando tem algum tipo de ação mais enérgica e são criticados nesses veículos. Nos últimos anos, a mídia tem ficado cada vez menos do lado dos movimentos sociais, tem poucas reportagens que realmente usam a expressão "movimentos sociais", são outras caracterizações que vêm surgindo, "vândalos", que fogem da expressão certa e quando usam é com sentido pejorativo. Se fala muito pouco deles para além dos momentos de confronto.

Uma pessoa para ficar sabendo o que é o MST hoje, no sentido dos protestos, por exemplo a produção de arroz orgânico no MST, que é a maior do país, a pessoa precisa fazer uma busca sobre isso, entrar no site do MST e ir atrás de uma imprensa alternativa. A mídia corporativa, os grandes veículos não fazem esse tipo de reportagem, não divulgam isso. Isso é uma coisa que dá para se fazer uma pesquisa quantitativa, dá para afirmar. Tem essa manipulação dos protestos, da notícia que se passa sobre os protestos, tem manipulação dos significados, isso foi bem evidente em relação aos protestos que acionam um discurso mais nacionalista, do verde e amarelo e contra a corrupção.

RP - *Então isso implicaria em dizer que a imprensa no Brasil contribui para uma imagem estereotipada dos movimentos sociais?*

CL - Sim, ela contribui. Uma imagem estereotipada, criminalização e informação equivocada. Além disso, ela omite e não faz um trabalho de mostrar uma série de iniciativas muito importantes. Toda essa rede, grupos ligados à agroecologia, mesmo se for pegar grandes pautas que atravessam os movimentos sociais, o papel da mídia, até na questão dos transgênicos, que precisaria do apoio da mídia, porque a discussão de ciência e tecnologia é difícil de ser feita com a sociedade. Pontualmente, há uma ou outra iniciativa voltada para um grupo especializado e sempre com algum viés duvidoso.

No caso do desastre da barragem da Samarco [Samarco/Vale/BHP Billiton], tivemos pontualmente notícias no *Jornal Nacional*, mas não teve a proposta de um grande debate, de um programa que chamasse pessoas ligadas a essa questão que pudessem mostrar o que está acontecendo, quais são as questões das barragens no Brasil, o Código de mineração.

RP - *Poderia dar alguns exemplos em que a cobertura da mídia nacional foi diferente da cobertura da mídia internacional, em relação aos movimentos sociais?*

CL - No caso dos protestos recentes, o da Greve Geral [28 de abril de 2017], os jornais internacionais têm de fato feito uma cobertura muito diferente. Inclusive evidenciando, teve uma série de fotos da BBC, que tinha o espírito de mostrar o que foi efetivamente o dia 28. Tivemos outros momentos, esses conflitos territoriais, ligados ao MST, à mineração, casos indígenas, se vê grandes reportagens feitas por jornalistas em meios internacionais e pouquíssima reportagem local, e quando tem local é muito "um suposto índio", "um suposto ataque", tudo muito desacreditado. Teve também o caso da prisão da Sininho que ficou bem marcante.

RP - *O que pode ser recomendado de boas medidas*

que podem ser tomadas pela mídia?

CL - A imprensa é muito importante para os movimentos sociais, mesmo com todos esses problemas. Os movimentos pensam em como chamar a atenção da imprensa. É uma coisa real. Ainda é importante conquistar esse espaço. Pensando de uma forma mais realista, num contexto corporativo, onde eles [os órgãos de imprensa] tenham interesses de negócios, mas ainda assim simplesmente colocassem em pauta as causas que os movimentos estão levantando, se isso fosse trazido como pauta de matérias - e matérias com competência - isso já seria de grande colaboração.

Fazer a identificação de temas que são difíceis de entrar para a população em geral, criar programas, por exemplo, para ciência e tecnologia, como a questão dos grandes empreendimentos, processos participativos, relacionados a decisões sobre projetos de economia, esse tipo de questões que não são fáceis para o público geral ter acesso. E os estudos culturais, que a mídia também deixa a desejar, tanto que se vê que quem tem interesse em assunto sobre a cultura, contracultura, pensando criticamente, tem que investir em jornais, revistas, sites alternativos.

RP - *Quais as estratégias que os movimentos sociais têm utilizado para dialogar com os meios de comunicação e com os atores sociais?*

CL - Há um grande investimento dos movimentos sociais na produção de canais alternativos, com sites, páginas do Facebook; os maiores fazem isso. Os movimentos sociais que não são tão estruturados estão em *blogs*, redes sociais, que conseguem produzir por meio dessas formas livres, criar veículos próprios. Mas tem as articulações com coletivos e organizações específicas da comunicação, *Mídia Ninja*¹⁶ é um grande destaque nesse sentido. Ela ganhou uma importância. Estive num seminário enorme, o "Carajás 30 Anos," veio gente do Brasil in-

16 Nota das entrevistadoras: MÍDIA NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). Página web da organização disponível em: <http://midianinja.org/>. Acesso em: 31 mai 2017.

teiro, e a *Mídia Ninja* estava fazendo a cobertura. Há blogs e sites alternativos que também se propõem a fazer esse apoio.

Tem um grupo de jornalistas que fazem pautas que normalmente não entram, a *Pública*¹⁷. [Eles, da *Pública*] lançaram um edital sobre a questão do Judiciário e da mineração. Fazem jornalismo investigativo, com pesquisas, levantamento de dados. Importante também destacar que o interesse no caso do Rio Doce [rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton], é muito maior em meios de comunicação internacionais do que nacionais. Recebo muito pedido de entrevista, muito mais demanda internacional do que nacional.

RP - *No auge do desastre da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton, você recebeu quantos pedidos de entrevistas nacionais e internacionais, em média?*

CL - No auge, recebi umas três chamadas de veículos locais. E recebi uns 15 e-mails de jornalistas internacionais, como do *The Wall Street Journal*, da BBC, *The Intercept*... fiquei impressionada com isso. O interesse deles é maior e continua, volta e meia eles escrevem perguntando como está, em parte porque tem um interesse dos acionistas nesse processo de reparação.

Considerações finais

As reflexões trazidas pela pesquisadora Cristiana Losekann nesta entrevista alertam para uma grave falha ainda cometida pela mídia corporativa brasileira: a estereotipagem de movimentos sociais e a centralização das discussões vinculada às agendas dos poderes econômico e político.

Ainda que outras pesquisas realizadas nos últimos 20 anos tenham apontado para um aumento da desconfiança da sociedade em relação à mídia, o

17 Nota das entrevistadoras: Pública (Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo). Página web da Agência disponível em: <http://apublica.org/>. Acesso em: 31 mai 2017.

jornalismo impresso, o telejornalismo e a respectiva versão digital dos impressos, que são carros-chefes das tradicionais empresas de comunicação brasileiras, aparecem para 59% dos entrevistados como veículos de comunicação mais confiáveis, seguidos pelo rádio e a TV, de acordo com a mais recente Pesquisa Brasileira de Mídia, divulgada em janeiro deste ano pelo Ibope [Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística].

Isso indica que, apesar da profusão de veículos de comunicação presentes na Internet (sites, blogs e redes sociais), que são tidos como uma alternativa de fonte de informação e divulgação, para parte significativa da população as informações confiáveis chegam pelos meios tradicionais. Dessa forma, faz-se cada vez mais necessária a discussão e reflexão sobre a contribuição da mídia na marginalização de grupos de militância e ativismo, além do impacto que essa marginalização tem no aumento da violência cometida pelas forças de policiamento do Estado durante protestos populares.

Apesar dos novos repertórios e da apropriação dos meios digitais por parte dos movimentos sociais, o

que se percebe no Brasil não é novidade frente a outros países da América Latina: há um ciclo de criminalização do ativismo que esbarra na contradição da própria mídia. Isso porque, por diversas vezes nos últimos anos, os brasileiros são criticados publicamente por colunistas e comentaristas de telejornais por não participarem da política; porém, quando o fazem, são classificados em massa como “agitadores” e “vândalos”, de acordo com a nomenclatura mais utilizada em alguns meios de comunicação e lembrada nessa entrevista por Losekann.

Dione Oliveira Moura - Professora e pesquisadora da graduação e pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), Linha Jornalismo e Sociedade. **E-mail:** dioneoliveiramoura@gmail.com.

Liziane Guazina - Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, doutora em Comunicação, desenvolve pesquisa em Comunicação e Política, Jornalismo Político e Comunicação e Democracia. **E-mail:** lguazina@unb.br.

Luana Melody Vasconcelos Brasil - Formada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Mestranda em ciência política pela Universidade do Québec em Montréal (início em 2018). **E-mail:** luana.melodybrasil@gmail.com.br

Recebido: 10 jan. 2018

Aprovado: 28 set. 2018